



ACÓRDÃO Nº683/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12088/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Especial da Defensoria Pública.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa (Gestor) e Antonio Cavalcante de Albuquerque Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2298/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Especial da Defensoria Pública. Exercício de 2019.

*Regularidade. Recomendação. Notificação.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Fundpam, **exercício de 2019**, de responsabilidade do Senhor **Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa**, gestor, e **Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior**, ordenador de despesas, com fulcro no artigo 22, I, da Lei Estadual n.2.423/1996;
- 10.2. **Recomendar ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Fundpam**, que observe as restrições do relatório técnico da DICAD, no.03: de modo a garantir a devolução do valor pago a título de garantia de 5%; e no.16: providência para que o órgão possa se programar em tempo hábil a chegar perto do término do contrato de locação para que possa evitar qualquer tipo de possíveis irregularidades no ato de pagamento;
- 10.3. **Notificar o Sr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa** e demais responsáveis, encaminhando cópia das manifestações dos órgãos técnico e ministerial, relatório/voto e acórdão, de modo a tomar



ACÓRDÃO Nº683/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

conhecimento do julgado;

10.4. Arquivar o processo, após as providências cabíveis para o registro e a publicidade necessária do julgado.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral